

A. I. Nº - 284119.0032/09-9
AUTUADO - JIANFEN GAO
AUTUANTE - JURACI LEITE NEVES JUNIOR
ORIGEM - INFRAZ FEIRA DE SANTANA
INTERNET - 01. 06. 2009

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0132-01/09

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. FALTA DE APRESENTAÇÃO DE LIVRO E DOCUMENTOS FISCAIS QUANDO INTIMADO. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. MULTA. Restou comprovado nos autos que o contribuinte apresentou a documentação fiscal solicitada. Infração insubsistente. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 02/02/2009, aplica multa no valor de R\$460,00, em razão de deixar de apresentar Documentos Fiscais quando regularmente intimado.

Constam dos autos cópia de Intimação para Apresentação de Livros e Documentos, datada de 20/01/09, fl. 5, cópia de da nota fiscal nº 002616, constando a indicação “Intimação p/ apresentação de livros e documentos - Feira, 20/01/09” assinado pelo autuante.

O autuado apresenta defesa, fl. 10, destacando que fora surpreendido com a entrega do presente Auto de Infração em 02/02/09, tendo em vista que a infração nele descrita se reporta à falta de entrega de documentação fiscal.

Diz refutar a autuação por ter atendido a referida intimação em data anterior a própria data de ciência do referido Auto de Infração, conforme recibo de entrega que anexa à fl. 12.

Conclui requerendo que o Auto de Infração seja julgado improcedente.

O autuante informa, à fl. 15, que o lançamento consiste na aplicação da multa formal de R\$460,00 pelo não atendimento do primeiro pedido de apresentação de livros e documentos fiscais dentro do prazo de quarenta e oito horas.

Ressalta que o autuado requereu a improcedência do Auto de Infração sob a alegação de que tomou ciência em data posterior a entrega destes documentos à Secretaria da Fazenda, pois, apresentara os documentos em 05/02/09 e a ciência no aviso de recebimento em 06/02/09.

Informa que o Auto de Infração foi registrado em 02/02/2009, tendo a Empresa de Correios somente entregue ao contribuinte em 06/02/2009, e que, neste íterim, o contribuinte apresentou a documentação solicitada à SEFAZ, assim, consoante determinação do art. 109 do RPAF-BA, que transcreve, bem como subsidiariamente o art. 214 do Código de Processo Civil, requer a improcedência do Auto de Infração.

VOTO

Cuida o presente Auto de Infração da falta de apresentação de documentos fiscais quando regularmente intimado.

Inicialmente constato da análise das peças que compõem os autos que a data de lavratura, 02/02/2009, e o Período Fiscalizado, 01/02/2009 a 02/02/2009, previsto na OS 501656/09, constantes no campo

“Dados da Lavratura”, encontram-se em total divergência com a data de ocorrência, 02/02/2008, da imputação. Indicando que o fato objeto da presente autuação ocorrera antes do período fiscalizado. O mesmo erro encontra-se reproduzido no demonstrativo de débito, onde também consta a data da ocorrência em data que abrange o período fiscalizado.

Verifico também que, conforme Intimação para Apresentação de Livros e Documentos, fl. 05, o contribuinte fora intimado para apresentação de livros e documentos referente ao período de 01/01/2007 a 31/12/2007, portanto, antes do período de fiscalização previsto na OS 501656/09. Ademais, na referida intimação exige do contribuinte a apresentação de livros fiscais que está desobrigado a escriturar - Registro de Entradas e Registro de Saídas, ante a sua condição de enquadrada no SimBahia como microempresa.

Diante das imperfeições descritas, verifico que o presente Auto de Infração não contém uma perfeita identificação dos marcos cronológicos para a apuração do cometimento da infração, desta forma, entendo que o lançamento efetuado não contém elementos suficientes para se determinar com segurança o momento da ocorrência do cometimento da infração, não sendo, portanto, válido para produzir os efeitos jurídicos e legais que levassem à constituição definitiva do crédito tributário.

Entretanto, consoante o disposto no art. 155, § único do RPAF/99, deixo de declarar a sua nulidade, passando a apreciar o mérito, tendo em vista que a decisão é favorável ao sujeito passivo, a quem aproveitaria a declaração de nulidade.

Tendo em vista a comprovação nos autos da efetiva entrega da documentação fiscal exigida através da intimação, cópia à fl. 05, pelo sujeito passivo na repartição fazendária, constando, inclusive, no recibo da referida documentação a aposição da rubrica do próprio autuante, que opinou em sua informação fiscal pela insubsistência da autuação, entendo assistir razão ao sujeito passivo e ao autuante.

Ante o exposto, verifico que restou descaracterizado o cometimento da infração imputada ao sujeito passivo.

Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **284119.0032/09-9**, lavrado contra **JIANFEN GAO**.

Sala das Sessões do CONSEF, 13 de maio de 2009.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS - PRESIDENTE

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS - RELATOR

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA – JULGADOR